



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**13º CONAD EXTRAORDINÁRIO**

15 e 16 de outubro de 2021 – *On-line*

**MOÇÃO 6**

**Proponente:** Diretoria Nacional do ANDES-SN

**Destinatária(o)s:** Governo do Estado de Rondônia, Ministério Público Federal - Rondônia, Liga dos Camponeses Pobres

**Fato motivador da Moção:** ataque reiterado a camponeses em luta pela terra no estado de Rondônia

**REPÚDIO AOS ATAQUES DE FORÇAS REPRESSIVAS DE RONDÔNIA A CAMPONESES EM LUTA PELA TERRA**

O(A)s delegado(a)s presentes ao 13º Conad Extraordinário do Andes-Sindicato Nacional, manifesta total repúdio contra a violência perpetrada pelo Estado de Rondônia e o governo Bolsonaro-Mourão, que criminaliza a luta pela terra e utiliza do aparato repressor em grande operação de cerco contra os acampamentos Tiago dos Santos e Ademar Ferreira, na zona rural de Porto Velho/RO.

Repudiamos a utilização de efetivos da Força Nacional e da Polícia Federal, oriundos do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, que agem em conjunto com paramilitares que atuam como pistoleiros das fazendas Norbrasil e Santa Carmem e tem realizado inúmeros abusos – ameaças, espancamentos e torturas de camponeses da região – e contra as mais de 800 famílias que vivem e trabalham em suas posses nessas áreas camponesas.

Há dois meses, desde a chacina que ceifou a vida de três camponeses acampados em Nova Mutum Paraná em Rondônia, um novo ataque é anunciado. O alvo é o Acampamento Tiago dos Santos e Ademar Ferreira, onde vivem cerca de 800 famílias de camponeses (mais de 2.000 pessoas) organizadas pela Liga dos Camponeses Pobres, que vem sofrendo intenso processo de criminalização pelas forças do governo Bolsonaro-Mourão.

Uma ordem de despejo foi emitida em 27 de setembro de 2021 em favor do latifundiário e grileiro Antônio Martins, conhecido como Galo Velho (processo nº 7030469-20.2020.8.22.0001), que já autorizou o “uso de reforço policial” para efetuar-lo. A área ocupada faz parte de um grande latifúndio de mais de 57 mil hectares, cujo suposto proprietário seria a empresa Leme Empreendimentos Ltda, de propriedade de Galo Velho, citado no Livro Branco de Grilagem de Terras como grileiro de mais de 80

mil hectares de terras na região de Porto Velho.

A situação de conflito agrário em Rondônia já foi denunciada a diversas organizações de Direitos Humanos do país e internacionais, em especial sobre um cerco de repressão aos camponeses que vem cometendo abusos e execuções sumárias, como as que ocorreram no acampamento Ademar Ferreira, quando em 13 de agosto uma incursão da PM, Força Nacional de Segurança e pistoleiros ceifou a vida de três camponeses Amarildo, Amaral e Kevin. Em 23 de setembro em outra área camponesa no Distrito de Abunã, três policiais militares à paisana assassinaram dois homens e feriram um terceiro.

Nos últimos meses tem ocorrido ações de cerco contra essas famílias. Hoje, a mesma área encontra-se cercada pela Força Nacional, PM de Rondônia e pistoleiros “seguranças” que seguem cometendo todo tipo de abuso e ilegalidade contra as centenas de famílias.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), além de nota em defesa dos camponeses de Rondônia, por meio do OFÍCIO N.º 2288/2021/CNDH/SNPG/MMFDH em 05 de outubro de 2021 enviado ao Juiz de Direito Ilisir Bueno Rodrigues, recomendando: *“A não emissão de ordem de despejo contra a comunidade; O respeito aos termos da Resolução nº 10, de 17 de outubro de 2018, do CNDH; da Recomendação nº 90, de 2 de março de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e da medida cautelar decorrente da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828 do STF; Ofício 2288 (2517000) SEI 00135.220261/2020-71 / pg. 3 13. A abertura de mediação de conflito, pelo juízo da causa, com o propósito de garantir alternativa habitacional para as famílias, mediante chamamento de autoridades municipais e estaduais responsáveis pela política habitacional, além do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública do Estado e de representantes das famílias ameaçadas de despejo.*

O Ministério Público Federal do Estado de Rondônia também tem denunciado a ação irregular e ilegal da Força Nacional de Segurança que tem atuado na região, prendendo, torturando e matando covardemente camponeses.

Hoje, centenas de policiais estão dirigindo-se às referidas áreas. A situação do conflito agrário é muito preocupante, pois as numerosas famílias poderão sofrer todas as formas de violências, com risco de ser uma tragédia com muitas mortes, como o ocorrido em 1995 em Corumbiara, onde um dos comandantes daquele episódio era o atual Secretário de Segurança Pública de Rondônia, Hélio Pachá.

Todo apoio aos camponeses do Acampamento Tiago dos Santos e Ademar Ferreira em luta pela terra no Estado de Rondônia!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

**13º CONAD EXTRAORDINÁRIO**

15 e 16 de outubro de 2021 – *On-line*

Lutar não é crime!

Terra para quem nela trabalha!